

A democracia participativa está fortemente atrelada a idéia de que os atores sociais devem interferir nas decisões políticas. O Orçamento Participativo (OP) é reconhecido nacional e internacionalmente como um instrumento da democracia participativa, tendo se tornado, no caso de Porto Alegre, uma das marcas principais da gestão petista ao longo de 16 anos (1989-2004). Ciente da imagem positiva do OP, em 2004 José Fogaça, então candidato à prefeitura porto-alegrense, afirmou em campanha que não iria acabar com o OP. Fogaça foi eleito e o OP mantido. Contudo, Fogaça criou um novo programa de gestão, chamado Governança Solidária Local (GSL) que, segundo ele, viria para fortalecer o OP. Esta investigação analisa os princípios da GSL, enfatizando a relação deste programa com o OP, sendo que ambos são tomados aqui como estratégias de gestão do Estado. Problematiza-se a questão destacando, de modo particular, o ponto de vista daqueles que efetivamente participam dos processos. Através da observação participante, que realizo há dois anos nos Fóruns Regionais do OP (FROP), nota-se a ausência de informação a respeito da Governança e a desconfiança generalizada por parte das comunidades que participam do OP. Vista a partir do OP, a GSL configura-se como uma estratégia difusa, notabilizada pela falta de clareza, transparência, resultados e credibilidade. Talvez por isso, consta na proposta do plano plurianual (2010-2013), uma reformulação da proposta original da GSL, e o OP como programa especial. A GSL, portanto, não surgiu para colaborar com o OP, mas para ser seu concorrente.

